



#### COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)

#### **PARECER**

Processo legislativo: PROJETO DE LEI Nº 74/2025.

Iniciativa: Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB).

Relator: Vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD).

#### I – RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 74/2025, de iniciativa do Prefeito Municipal Mário Sergio Lubiana, que revisa o Plano Plurianual referente ao exercício financeiro de 2025, constante nos anexos da Lei nº 3.594, de 12 de julho de 2021.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2025. Sendo encaminhado a esta Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, reservei a matéria para relatá-la, nos termos do art. 70 do Regimento.

Foi aberto o prazo para apresentação de emendas, nos termos do art. 212 do Regimento Interno, o que não houve a apresentação de emenda por Vereador deste Poder Legislativo.







De posse do processo legislativo, na condição de relatora, passo a exarar o parecer nos termos dos artigos 69, VIII, 71, 80 e 213 do Regimento Interno, pelos fatos e fundamentos abaixo.

# II – DOS PRESSUPOSTOS E DAS NORMAS DE ORDEM ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E INFRACONSTITUCIONAIS:

A Carta Constitucional de 88, em seu Capítulo II – Das Finanças Públicas, Seção II – Dos Orçamentos, no art. 165, inciso I, por atuação do legislador constituinte, atribui ao Presidente da República a competência para a iniciar a tramitação de uma proposição da espécie de projeto de lei que trate de Plano Plurianual da União, como se segue abaixo:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

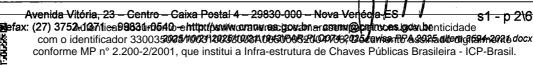
Assim sendo, diante dos princípios da organização dos poderes e do orçamento, normas que devem são extensíveis na organização dos poderes públicos das demais esferas de governo, no âmbito municipal cabe ao Prefeito deflagrar o processo de constituição de uma norma que trate do plano plurianual (vide art. 112 da Lei Orgânica — princípio extensível e de reprodução obrigatória pela simetria de competências).

Verifica-se assim que a iniciativa, fase que deflagrou o processo de constituição da presente norma, preserva aos requisitos necessários para a sua constituição em lei, não apresentando nenhum vício de origem, sendo, portanto, válida.

Analisando o princípio da simetria das formas, a alteração de uma norma de determinada espécie legislativa deverá ser concretizada por outra norma de mesma espécie legislativa, obedecidos os mesmos ritos e procedimentos do processo legislativo, quais sejam, iniciativa, fase constitutiva e deliberações, para, em caso de projeto de lei ordinário aprovado, ser enviado ao Prefeito Municipal para sanção ou veto.

Observa-se, portanto, que a simetria das formas está sendo observada na seara do processo legislativo, não apresentando nenhum vício de origem quanto aos aspectos da iniciativa, espécie legislativa, fases do processo legislativo, estando assim em conformidade com as normas constitucionais e legais.

Continuando sobre o tema em comento, na própria Lei Orgânica do Município, em respeito ao princípio federativo, tendo este assegurado ao Município autonomia político-administrativa (art. 18, *caput*, da CF de 88), inclusive observado o art. 29, *caput*, também da CF de 88, em que o Município reger-se-á por Lei Orgânica, tem-se em seu art. 17, XI, que compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre a matéria em análise.







O referido texto da Lei Orgânica do Município, assim reproduz o princípio organizatório extensível de competência dos poderes:

Art. 17. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias que compete ao Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

XI - orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

Verifica-se assim a necessária apreciação e deliberação dos órgãos competentes deste Poder Legislativo, como necessárias na fase de constituição da espécie normativa reservada para o assunto abordado, dentro da seara do processo legislativo, pelas funções legislativas da Câmara Municipal.

Destaca-se, assim, a importância de obediência ao princípio da reserva legal, em que a espécie legislativa adotada é a lei ordinária, cujo quórum de aprovação é de maioria simples, nos termos do art. 47 da CF de 88, como regra para as deliberações, e reproduzido no texto do art. 15 da Lei Orgânica.

O plano plurianual é a lei do planejamento orçamentário e financeiro para os quatro exercícios seguintes ao de sua instituição, segundo o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu art. 35, § 2°, I, seguido organicamente pelo art. 112, I, da Lei Orgânica do Município.

Contudo, durante a execução das normas orçamentárias poderá haver a detecção de incongruências com o Plano Plurianual, exigindo-se assim previamente a revisão ou alteração do PPA — Plano Plurianual para determinado exercício, no caso em análise o de 2025, para fins de garantir a execução orçamentária com os valores adequados à legislação pertinente.

O projeto em análise vem a atender aos dispositivos da Constituição Federal, em especial seu art. 165, § 1°, bem como ao que determina a Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Reponsabilidade Fiscal).

Sobre a mensagem (justificativa) da matéria, reproduzimos parte do texto que foi anexo à peça inaugural do presente processo legislativo, conforme segue:

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei que revisa o Plano Plurianual do Município de Nova Venécia, para o exercício de 2025, altera anexo da Lei nº 3.594, de 12 de julho de 2021.

Entende-se por Plano Plurianual – PPA um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo governo municipal ao longo de um período de quatro anos, podendo ser revisado quando necessário.





Por sua vez, Orçamento Público é um instrumento de planejamento e execução das finanças públicas, ou seja, é a previsão das receitas e a fixação das despesas públicas para cada exercício financeiro.

Nesse contexto, a Lei Orçamentária Anual – LOA deve conter todas as ações que estiverem planejadas no PPA. Sendo assim, para o equilíbrio das leis, é necessário que o PPA conte com as revisões/alterações anexas.

A presente proposição se faz necessária tendo em vista adequação do PPA à Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.837, de 30 de dezembro de 2024, para inclusão de novo projeto/atividade na UG-Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Venécia – ES, em atendimento ao Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social - PROCAD-SUAS, que é um programa do governo federal que visa fortalecer a capacidade dos municípios na gestão e atualização do Cadastro Único, especialmente para a busca ativa de famílias vulneráveis, como as unipessoais.

O Procad-Suas foi instituído pela Portaria 871/2023 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), assinada em 29 de março de 2023, durante a XXIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, e terá vigência até 31 dezembro de 2026

O programa busca aprimorar a capacidade dos municípios em gerenciar e atualizar o Cadastro Único, garantindo a qualidade das informações; prioriza a busca ativa e a atualização de cadastros de famílias unipessoais, incluindo beneficiários do Bolsa Família e do Beneficio de Prestação Continuada (BPC) e, busca garantir que todas as famílias tenham acesso ao atendimento domiciliar para atualização cadastral, evitando o cancelamento de beneficios.

O PROCAD-SUAS repassa recursos financeiros aos municípios para a realização de ações como contratação de pessoal, pagamento de horas extras, compra de equipamentos e materiais permanentes, dentre outros.

O PROCAD-SUAS no exercício de 2023 foi executado dentro projeto de Manutenção do Programa Bolsa Família, haja vista não ter exigências do MDS para sua execução, somente sendo pago com fonte de recursos separada pela conta bancária.

Considerando que no exercício de 2024 o MDS não repassou recursos do PROCAD-SUAS em virtude de não ter sido aprovado no Congresso Nacional, dotação orçamentária para transferência dos recursos, sendo orientado que poderia pagar a equipe contratada com recursos do PBF — Programa Bolsa Família, sendo assim executado pelo município.

Considerando que no mês de julho/2025, o MDS retornou os repasses das parcelas, porém, sendo necessário a criação de um projeto/atividade exclusivo para aplicação dos recursos.









A inclusão deste programa no PPA demonstra o compromisso da gestão municipal com o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com o cumprimento das normativas federais. Um atendimento de qualidade no CadÚnico é um indicador de eficiência da gestão pública e impacta diretamente a capacidade do município de captar recursos, e de receber certificações que dependem do bom desempenho em programas sociais.

A inclusão do Programa de Fortalecimento Emergencial no Atendimento do Cadastro Único no PPA é, portanto, uma medida essencial e inadiável para o enfrentamento da vulnerabilidade social e para a garantia de direitos em nosso município.

Feitas essas ponderações e, ciente de que o Projeto de Lei ora apresentado está em consonância com a legislação em vigor, ao submetermos à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis o presente Projeto de Lei estamos convictos de que Vossas Excelências saberão reconhecer a sua relevância, viabilizando, portanto, AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REVISAR O PLANO PLURIANUAL

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, CONSTANTE NOS ANEXOS DA LEI Nº 3.594, DE 12 DE JULHO DE 2021, NA FORMA QUE ESPECIFICA, permitindo assim ao Poder Executivo executá-la e proporcionar melhores condições de atender ao interesse público.

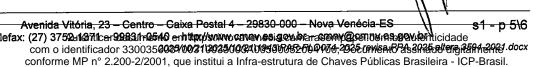
É a mensagem encaminhada para apreciação de Vossas Excelências.

#### III - VOTO DO RELATOR:

A iniciativa tem amparo no texto do art. 165, I, da Constituição Federal, em que reserva a iniciativa de matéria orçamentária ao Chefe do Poder Executivo, cujo princípio extensível organizatório dos orçamentos públicos é observado pelo texto do art. 112, I, da Lei Orgânica do Município.

O princípio da reserva legal é observado na espécie legislativa adotada na seara do processo legislativo, cujo objeto é legislado na forma de lei ordinária, não apresentando assim vício formal de espécie de norma que venha a macular a sua tramitação.

O princípio do paralelismo das formas também é observado, cuja proposta de alteração de uma lei ordinária se dá por outra proposição da espécie projeto de lei ordinária.







Dessa feita, considerando que a norma encontra amparo legal e observadas as regras de elaboração ou alteração do PPA, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 e Lei 4.320/64 (lei de elaboração dos orçamentos), bem como de outras normas pertinentes, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 74/2025.

É o PARECER pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 74/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 20 de setembro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

JOÃO JÚNIOR VIEIRA DOS SANTOS

RELATOR - Presidente da CFO

Vereadora pelo PRD

conforme MP n° 2.200 2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





#### COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)

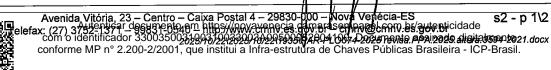
#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 74/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 74/2025, de iniciativa do Prefeito Municipal Mário Sergio Lubiana, que revisa o Plano Plurianual referente ao exercício financeiro de 2025, constante nos anexos da Lei nº 3.594, de 12 de julho de 2021/2025.
INICIATIVA:	Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB).
RELATOR:	Vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD).

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento (CFO) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator, Vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD), às folhas 80 a 85, por maioria de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária de 22 de outubro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, *caput*, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER desta Comissão Permanente.

É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Finanças e Orçamento (CFO) pela aprovação do PROJETO DE LEI Nº 74/2025.







Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 22 de outubro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

JOÃO JÚNIOR VIE

Presidente da CFO- Relator Vereador pelo PRD

REGINA TOSTA MACHADO

Membro da CFO Vereadora pelo PV